

PROCESSO PENAL ELEITORAL

CRIMES ELEITORAIS, JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

2ª Edição
Revista e Atualizada



EDITORA AFILIADA

014990

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	29
Capítulo 1 CONSTITUIÇÃO, PROCESSO PENAL E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS AO PROCESSO PENAL ELEITORAL	35
1.1 NOÇÕES GERAIS.....	35
1.1.1 Conceito de Direitos Fundamentais e Diferença entre Direitos e Garantias	38
1.1.2 Evolução Histórica dos Direitos Fundamentais: as Gerações ou Dimensões dos Direitos Fundamentais.....	40
1.1.3 Papel dos Princípios no Sistema Jurídico, seu Conceito e Amplitude.....	41
1.2 DEVIDO PROCESSO LEGAL (ART. 5º, LIV, DA CF).....	44
1.2.1 Evolução Histórica do Princípio	44
1.2.2 Conceito e Amplitude do Devido Processo Legal	47
1.2.3 Duplo Significado do Devido Processo Legal	49
1.2.4 Devido Processo Penal e Processo Penal Justo.....	50
1.2.5 Duração Razoável do Processo Penal Eleitoral e Devido Processo Legal	52
1.3 PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA (ART. 5º, LV, DA CF).....	56
1.3.1 Princípio do Contraditório: Conceito e Amplitude	56
1.3.1.1 Distinção entre contraditório real e contraditório formal	61
1.3.1.2 Princípio do contraditório e a utilização de prova emprestada	62
1.3.2 Princípio Constitucional da Ampla Defesa.....	64

1.3.2.1	Conceito e alcance subjetivo da ampla defesa ...	65
1.3.2.1.1	Componentes da ampla defesa	66
1.3.2.1.2	Atual panorama do direito de defesa no Brasil.....	68
1.3.2.2	Divisão do direito de defesa.....	70
1.3.2.2.1	Autodefesa.....	71
1.3.2.2.1.1	Garantia da presença do réu na colheita da prova. Direito de audiência.....	73
1.3.2.2.1.2	Compatibilidade entre ampla defesa e autodefesa	76
1.3.2.2.2	Defesa técnica.....	78
1.3.2.2.2.1	Obrigatoriedade da defesa técnica. Defensor constituído e <i>ad hoc</i>	79
1.3.2.2.2.2	Efetividade da defesa técnica e imprescritibilidade da defesa deficiente.....	80
1.3.2.3	Defensoria Pública	82
1.4	PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA (ART. 5º, LVII, DA CF)	83
1.4.1	Conceito e Amplitude	84
1.4.2	Inquéritos ou Processos em Curso e Maus Antecedentes. Súmula 444 do STJ.....	87
1.4.3	Direito de Recorrer em Liberdade, Impossibilidade de Considerar Deserto Recurso da Defesa pela Fuga do Réu e o Princípio Constitucional da Presunção de Inocência	88
1.4.4	Presunção de Inocência e Prisão Processual Após o Julgamento de Segunda Instância. Mudanças no Entendimento do Supremo Tribunal Federal. Julgamento das ADC 43, 44 e 54. Insegurança Jurídica e Desrespeito às Garantias Fundamentais. Atual Estágio do Debate.....	91
1.5	PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL (ART. 5º, XXXVIII E LIII, DA CF).....	96
1.5.1	Evolução Histórica e Conceito.....	97

1.5.2	Vedação à Existência de Tribunais de Exceção ou <i>Ad Hoc</i>	98
1.5.3	Amplitude e Desdobramentos do Princípio do Juiz Natural	101
1.5.4	Questões Atuais e Polêmicas Ligadas ao Princípio do Juiz Natural	102
1.5.4.1	Especialização de varas em razão da matéria por resolução do tribunal	102
1.5.4.2	Princípio do juiz natural e o <i>tempus regit actum</i> ..	104
1.5.4.3	A impossibilidade da designação aleatória de magistrado e o respeito aos substitutos legais ..	106
Capítulo 2 JUSTIÇA ELEITORAL		111
2.1	EVOLUÇÃO HISTÓRICA	111
2.1.1	Primórdios da Escolha dos Representantes Populares pelo Voto e da Legislação Eleitoral Brasileira	113
2.1.2	Criação da Justiça Eleitoral	116
2.1.3	Evolução do Direito ao Sufrágio e ao Voto, Sistema Jurisdicional e a Constituição Federal de 1988	119
2.2	FUNÇÕES E CARACTERÍSTICAS DA JUSTIÇA ELEITORAL	121
2.2.1	Função Administrativa	121
2.2.2	Função Jurisdicional	122
2.2.3	Funções Normativa e Consultiva da Justiça Eleitoral ...	123
2.2.4	Impossibilidade de Resolução Eleitoral em Matéria Penal e o Necessário Respeito ao Princípio da Legalidade (Art. 5º, XXXIX, da CF)	125
2.3	ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL	128
2.3.1	Instâncias da Justiça Eleitoral	129
2.3.2	Composição da Justiça Eleitoral	131
2.3.2.1	Tribunal Superior Eleitoral	131
2.3.2.2	Tribunal Regional Eleitoral	136
2.3.2.3	Juizes eleitorais	137
2.3.2.4	Juntas Eleitorais	138
2.3.3	Organização Geográfica da Justiça Eleitoral	139

2.3.3.1	Conceito de zona eleitoral e critérios para sua definição	139
2.4	MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	141
2.4.1	Organização e Composição do Ministério Público Eleitoral	142
2.4.2	Atribuições do <i>Parquet</i> Eleitoral e a Lisura do Processo Eleitoral	144
Capítulo 3	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA PENAL	147
3.1	CONCEITO DE JURISDIÇÃO	147
3.2	JURISDIÇÃO PENAL	151
3.3	CARACTERÍSTICAS E REGRAS INERENTES À JURISDIÇÃO CRIMINAL	153
3.3.1	Exercício pelo Poder Judiciário	153
3.3.2	<i>Ne Procedat Judex Ex Officio</i>	154
3.3.3	Obrigatoriedade da Prestação Jurisdicional	155
3.3.4	Duplo Grau de Jurisdição	156
3.3.5	Indelegabilidade e Improrrogabilidade da Jurisdição	159
3.4	JURISDIÇÃO COMUM E ESPECIAL	161
3.5	COMPETÊNCIA PENAL	163
3.5.1	Competência Relativa e Competência Absoluta	164
3.5.2	Crterios de Delimitação da Competência	166
3.5.3	Competência em Razão do Lugar (<i>Ratione Loci</i>)	167
3.5.3.1	Hipóteses de competência em razão do lugar com delimitação de foro subsidiário	169
3.5.3.2	Delimitação de competência nos crimes à distância e crimes cometidos fora do Brasil, no território marítimo e no espaço aéreo	170
3.5.4	Foro por Prerrogativa de Função e Competência Penal ..	172
3.5.4.1	Evolução histórica do foro por prerrogativa de função	174
3.5.4.2	A reinterpretção da prerrogativa de foro feita pelo Supremo Tribunal Federal: o <i>turning point</i> do regime de foro especial e a decisão na AP 937 QO/STF	180

3.5.4.3	Atual estágio de discussão do foro por prerrogativa de função no Congresso Nacional. A PEC do foro.....	184
3.5.4.4	Competência do Supremo Tribunal Federal....	185
3.5.4.5	Competência do Superior Tribunal de Justiça..	186
3.5.4.6	Foro competente para processar e julgar os prefeitos pela prática de infrações penais de competência da justiça comum e especial	186
3.5.4.7	Foro por prerrogativa de função na hipótese de ilícitos penais praticados por magistrados e membros do Ministério Público.....	187
3.5.4.8	Competência do Tribunal do Júri e prerrogativa de função (art. 5º, XXXVIII, da CF e abrangência da Súmula 721 do STF). Aplicação da <i>ratio decidendi</i> da Ação Penal 937/STF	189
3.5.4.9	Competência por prerrogativa de função no âmbito da Justiça Militar.....	190
3.5.5	Conexão e Continência como Critérios Delimitadores da Competência Penal.....	191
3.5.5.1	Conexão	191
3.5.5.2	Continência	194
3.5.5.3	Análise das regras utilizadas para fixar o <i>forum attractionis</i> e a <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	195
3.5.5.4	Disjunções processuais: exceções à regra da unidade de processos e julgamento	199
3.5.6	Distribuição e Prevenção	201
3.6	CONFLITOS DE COMPETÊNCIA.....	203
3.6.1	Conflito de Atribuição	204
Capítulo 4	COMPETÊNCIA PENAL DA JUSTIÇA ELEITORAL	207
4.1	PECULIARIDADES DO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL NO ÂMBITO DA JUSTIÇA ELEITORAL	207
4.1.1	O Juiz Eleitoral e a Peculiaridade do Exercício de Jurisdição por Prazo Determinado.....	209
4.1.2	Substituições na Justiça Eleitoral e Juiz Convocado para Atuar como Juiz Auxiliar. Violação do Princípio do Juiz Natural?	211

4.1.3	Julgamento de Matéria Penal Eleitoral pelo Supremo Tribunal Federal em Sede de Recurso Eleitoral e o Princípio do Juiz Natural	214
4.1.4	Impossibilidade de um Mesmo Magistrado Julgar Duas Vezes Idêntico Fato Atuando como Juiz de Instâncias Distintas, Diante da Existência de Impedimento (Art. 252, III, do CPP)	216
4.1.5	Princípio do Promotor Natural	221
4.1.5.1	Fundamentos constitucionais para o reconhecimento e a consagração do princípio do promotor natural	222
4.1.5.2	Designação do promotor eleitoral e critérios de escolha.....	224
4.2	CONCEITO DE CRIME ELEITORAL E SEUS DESDOBRAMENTOS	226
4.2.1	Crime Eleitoral como Espécie do Crime Político e Crime Comum	229
4.2.2	Bens Jurídicos Tutelados	231
4.2.3	Crimes Eleitorais Específicos ou Puros e Crimes Eleitorais Acidentais	237
4.2.4	Crimes de atentado e Crime Eleitoral	238
4.2.5	Penas nos Crimes Eleitorais	239
4.2.6	Destinatários da Norma Penal Eleitoral	243
4.2.6.1	Inimputável e crime eleitoral.....	244
4.2.6.2	Imunidade parlamentar e crime eleitoral.....	245
4.2.7	Responsabilidade Penal de Pessoa Jurídica e Crime Eleitoral (Art. 336 do CE).....	248
4.2.8	Crime Eleitoral e a Realização de Plebiscito e Referendo.....	251
4.3	COMPETÊNCIA PENAL DA JUSTIÇA ELEITORAL.....	253
4.3.1	Competência pelo Lugar da Prática do Crime Eleitoral ...	254
4.3.1.1	Delimitação da competência na hipótese de vários municípios integrarem a mesma zona eleitoral e na situação de existir um município com mais de uma zona eleitoral	254
4.3.1.2	Delimitação da competência no local onde o crime eleitoral deve produzir seu resultado.....	256

4.3.1.3	Competência relativa em razão do lugar e exceção de competência dilatória.....	257
4.3.1.4	Conflito de competência em razão do lugar e delimitação do foro competente	259
4.3.2	Competência por Prerrogativa de Função na Justiça Eleitoral	261
4.3.2.1	Da ausência de duplo grau de jurisdição e o foro por prerrogativa de função	263
4.3.2.2	Competência <i>ratione personae</i> fixada por Constituição Estadual	264
4.3.2.3	Competência por prerrogativa de função, conexão e continência e a cessação da função....	268
4.3.2.4	Prerrogativa de função e foro competente para processar e julgar crimes eleitorais	272
4.3.2.4.1	Competência do Supremo Tribunal Federal	272
4.3.2.4.2	Competência do Superior Tribunal de Justiça	275
4.3.2.4.3	Competência dos Tribunais Regionais Eleitorais	276
4.3.3	Competência Constitucional do Tribunal do Júri e da Justiça Eleitoral	278
4.3.3.1	Competência da Justiça Eleitoral para processar e julgar o crime doloso contra a vida conexo com o crime eleitoral.....	281
4.3.3.2	Separação de processos e julgamento: Justiça Eleitoral julga o crime eleitoral e o Tribunal do Júri julga o crime doloso contra a vida	283
4.3.3.3	Unidade de processos e julgamento: julgamento pelo Tribunal do Júri instalado no âmbito da Justiça Eleitoral.....	285
4.3.4	Competência por Conexão ou Continência.....	286
4.3.4.1	Conexão entre crime eleitoral e crime comum da competência da Justiça Federal ou da Justiça Estadual. Inquérito 4.435/STF. Operação Lava Jato e a reafirmação da competência da Justiça Eleitoral.....	288
4.3.4.2	Conexão entre crime eleitoral e crime comum com rito específico.....	292

4.3.4.3	Conexão entre crime eleitoral e crime comum, havendo a prescrição do crime eleitoral.....	293
4.3.4.4	Conexão entre crime eleitoral e crime militar...	294
4.3.5	Crimes Praticados Contra a Administração da Justiça Eleitoral e Foro Competente.....	296
4.3.5.1	Conceito de crimes contra a administração da justiça e a Justiça Eleitoral como integrante do Poder Judiciário da União	296
4.3.5.2	Crimes contra a administração da Justiça Eleitoral e desdobramentos processuais.....	298
4.3.6	Competência para Execução da Sentença Penal Eleitoral.....	299
4.3.6.1	Execução de penas privativas de liberdade e das penas restritivas de direito	300
4.3.6.2	Execução da pena de multa	302

Capítulo 5	CRIMES ELEITORAIS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO – APLICAÇÃO DOS INSTITUTOS DESPENALIZADORES DA LEI 9.099/1995 NA JUSTIÇA ELEITORAL E DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (LEI 13.964/2019) ..	305
5.1	CRIME DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO	305
5.1.1	Afastamento da Vedação Atinente ao Procedimento Especial com a Vigência da Lei 11.313/2006.....	308
5.2	CRIMES ELEITORAIS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO E INCIDÊNCIA DOS INSTITUTOS DESPENALIZADORES DA LEI 9.099/1995.....	310
5.2.1	Possibilidade de Aplicação das Leis 9.099/1995 e 11.313/2006 pelo Poder Judiciário Eleitoral	311
5.2.2	Crterios Utilizados para Delimitação da Pena Mínima no Crime Eleitoral.....	312
5.2.3	Dificuldade de Incidência da Etapa Procedimental Atinente  Busca da Composição Civil dos Danos (Art. 74 da Lei 9.099/1995).....	313
5.2.4	Aplico da Transação Penal nos Crimes Eleitorais de Pequeno Potencial Ofensivo e Seus Desdobramentos....	315
5.2.4.1	Propositura da transação penal, ausência de proposta e seus desdobramentos	316

5.2.4.2	Efeitos da sentença homologatória da transação penal	319
5.2.4.3	Descumprimento da transação penal e seus desdobramentos.....	319
5.3	SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO NA HIPÓTESE DE CRIME ELEITORAL	320
5.3.1	Requisitos para a Oferta de Proposta do <i>Sursis</i> Processual e Momento Processual da Propositura.....	323
5.3.2	A Suspensão Condicional do Processo como Direito Subjetivo do Acusado	325
5.3.3	Corrupção Eleitoral, Captação Ilícita de Sufrágio e Suspensão Condicional do Processo.....	327
5.3.4	Revogação do <i>Sursis</i> Processual	331
5.3.5	Extinção da Punibilidade pelo Cumprimento do <i>Sursis</i> Processual	333
5.4	ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E APLICAÇÃO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA ELEITORAL. INOVAÇÃO LEGISLATIVA INSERIDA NO ART. 28-A DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL (LEI 13.964/2019)	334
	CONCLUSÃO	339
	REFERÊNCIAS	347
	ÍNDICE REMISSIVO	353